

**DAURITI DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS S/A** - CNPJ nº 03.70.584/0001-44

Relatório de Administração				
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamos-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.				
A Administração				
Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado do Exercício		
ATIVO	2019	2020	2019	2020
<b>Circulante</b>	<b>30.835.108</b>	<b>35.853.696</b>	<b>6.958.238</b>	<b>6.673.118</b>
Disponível	14.396.591	18.529.990	-	-
Créditos	10.820.254	12.185.890	5.301.914	5.016.382
Estoques	5.567.210	5.112.202	1.041.756	1.123.769
Despesas Exercício Seguinte	51.054	26.815	567.104	498.773
<b>Não Circulante</b>	<b>1.074.301</b>	<b>3.425.957</b>	<b>47.464</b>	<b>34.195</b>
Realizável a Longo Prazo	44.436	2.566.494	-	-
Imobilizado	1.009.019	821.479	Aliações de Bens Permanentes	58.817
Intangíveis	20.846	37.983	Outras Recitas não Operacionais	(59.571)
<b>Total do Ativo</b>	<b>31.909.410</b>	<b>39.279.653</b>	<b>Contas de Resultado - Receitas</b>	<b>24.863.020</b>
				<b>30.078.164</b>
				<b>Receitas</b>
				<b>106.784.121</b>
				<b>130.478.059</b>
				Receitas Operacionais
				- Vendas e Serviços
				120.059.747
				146.277.272
				Recitas Financeiras
				256.392
				1.007.354
				Recita Bruta
				(15.079.008)
				166.227.527
				Despesas Operacionais
				13.505.388
				14.729.882
				Despesas Diversas Operacionais
				22.059
				17.905
				Despesas Tributárias
				122.805
				155.029
				Despesas Indutivas
				1.855.814
				2.245.304
				Despesas Financeiras
				3.010.726
				4.269.192
				Resultado Operacional
				3.010.726
				8.660.772
				Lucro Líquido do Exercício
				6.306.228
				8.660.772
				ções Financeiras
				Estão registrados no custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, 3.2) Direitos e obrigações: Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência. 3.3) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição, e depreciados pelas taxas estabelecidas na legislação. 3.4) Ajuste de avaliação patrimonial: A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial. 3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas: A empresa não participa do capital social de outras sociedades; 3.6) Impostos Federais: A empresa está no regime do lucro real e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência. 4) Estoque: Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição e referem-se a produtos para revenda (produtos comercializados); 5) Empréstimos e Financiamentos: A empresa não possui nenhum saldo da conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos. 6) Responsabilidades e Contingências: Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de qualquer natureza. 7) Capital: O capital social está representado 500.000 (quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da sociedade. 8) Eventos Subsequentes: Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros. Jardínopolis/SP, Abril/2022

Relatório de Administração				
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2020 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamos-nos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.				
A Administração				
Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado do Exercício		
ATIVO	2018	2019	2018	2019
<b>Circulante</b>	<b>26.364.590</b>	<b>30.835.108</b>	<b>6.908.723</b>	<b>6.568.238</b>
Disponível	10.791.811	14.396.591	-	-
Créditos	8.341.880	10.820.254	5.324.080	5.301.914
Estoques	7.181.418	5.567.210	1.041.408	1.041.756
Despesas Exercício Seguinte	1.881	51.054	361.999	567.104
<b>Não Circulante</b>	<b>1.204.181</b>	<b>1.074.301</b>	<b>81.236</b>	<b>47.464</b>
Realizável a Longo Prazo	34.323	44.436	-	-
Imobilizado	1.143.142	1.009.019	1.362.047	-
Intangíveis	26.114	20.846	-	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>27.568.130</b>	<b>31.909.410</b>	<b>Contas de Resultado - Receitas</b>	<b>22.889.082</b>
				<b>24.863.020</b>
				<b>24.863.020</b>
				Receitas
				<b>102.107.109</b>
				<b>105.784.121</b>
				Receitas Operacionais
				- Vendas e Serviços
				117.653.297
				120.059.747
				Recitas Financeiras
				256.392
				1.007.354
				Recita Bruta
				(16.165.862)
				(15.071.008)
				Despesas Operacionais
				13.505.388
				14.729.882
				Despesas Diversas Operacionais
				22.059
				17.905
				Despesas Tributárias
				122.805
				155.029
				Despesas Indutivas
				1.855.814
				2.245.304
				Despesas Financeiras
				3.010.726
				4.269.192
				Resultado Operacional
				3.010.726
				8.660.772
				Lucro Líquido do Exercício
				6.306.228
				8.660.772
				ções Financeiras
				Estão registrados no custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, 3.2) Direitos e obrigações: Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência. 3.3) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição, e depreciados pelas taxas estabelecidas na legislação. 3.4) Ajuste de avaliação patrimonial: A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial. 3.5) Investimentos em empresas coligadas e controladas: A empresa não participa do capital social de outras sociedades; 3.6) Impostos Federais: A empresa está no regime do lucro real e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência. 4) Estoque: Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição e referem-se a produtos para revenda (produtos comercializados); 5) Empréstimos e Financiamentos: A empresa não possui nenhum saldo da conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos. 6) Responsabilidades e Contingências: Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de qualquer natureza. 7) Capital: O capital social está representado 500.000 (quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado pelos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da sociedade. 8) Eventos Subsequentes: Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros. Jardínopolis/SP, Abril/2022

**TV Minuto S.A.**

CNPJ/ME nº 14.369.047/0001-31 - NIRE 35.300.412.991

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2022**

**1. Data, Hora e Local:** 29/03/2022, às 08:30 horas, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, 7º andar, parte, São Paulo-SP. **2. Presença:** A única acionista titular de ações representativas de 100% do capital total e votante da Companhia, conforme assinatura aposta no Livro de Presença de Acionistas. **3. Convocação:** Dispensada a convocação em razão da presença da única acionista da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Ricardo de Almeida Winandy, Secretária: Flávia Bassi Higuera Romero. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a renúncia do Sr. Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga ao cargo de Diretor Presidente da Companhia; (ii) a consequente eleição do Sr. Alexandre Guerrero Martins, atual Diretor Comercial, para ocupar o cargo de Diretor Presidente; e (iii) a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia, a única acionista aprovou, por unanimidade e sem ressalvas, as matérias abaixo. (i) a aceitação da renúncia apresentada pelo Sr. Eduardo Azevedo Marques de Alvarenga, RG nº 27.973.477-3 SSP/SP, CPF nº 299.155.458-43, ao cargo de Diretor Presidente, com efeitos a partir de 01/04/2022, nos termos da carta de renúncia apresentada à Companhia, a qual ficará arquivada na sede social; (ii) em consequência ao item (i) acima, a eleição do Sr. Alexandre Guerrero Martins, RG nº 16.915.725-5 SSP-SP, CPF/ME nº 197.145.888-04, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia a partir de 01/04/2022 e até o completar o término do mandato atual dos membros da Diretoria da Companhia em 22/10/2023, mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento, passando, então, o Sr. Alexandre Guerrero Martins a cumular os cargos de Diretor Presidente e Diretor Comercial da Companhia; e (iii) a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com nova redação, em especial o Artigo 13º, que acorpora esta ata na forma de Anexo III. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata, a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Mesa: Presidente: Ricardo de Almeida Winandy, Secretária: Flávia Bassi Higuera Romero. **Acionista presente:** Eletromidia S.A. (p. Alexandre Guerrero Martins e Ricardo de Almeida Winandy). São Paulo, 29/03/2022. Flávia Bassi Higuera Romero – Secretária. Anexo III. Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. TV Minuto S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado ("Companhia") regida pelo disposto neste Estatuto, pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações) e por acordo de acionistas arquivado em nota de acordo com o artigo 2º do presente Estatuto. Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº4300, 7º andar, parte, Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante resolução da Diretoria. Artigo 3º. A presente sociedade de propósito específico tem por objeto substituir o Consórcio TV Minuto, que teve seu Contrato de Constituição registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, JUCESP, sob o NIRE 35.500.045.878, em 01/09/2006, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.298.330/0001-17, no Contrato de Concessão nº 41174428401, datado de 16.10.2006, decorrente da adjudicação da Concorrência nº 41744284, cujo objeto é a Concessão de Uso, mediante Remuneração e Encargos, para Implantação, Operação, Manutenção e Exploração de Mídia em Monitores Multitouch nos Treins das Linhas 1, 2 e 3 da Sociedade do Metropolitano de São Paulo – Metrô, assumindo, em razão da referida substituição, todas as obrigações e responsabilidades decorrentes de tal Contrato de Concessão. A Companhia prestará, no âmbito do referido Contrato de Concessão, serviços de inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade nos monitores multitouch instalados nos treins das linhas 1, 2 e 3 da Sociedade do Metropolitano de São Paulo – Metrô. Artigo 4º. A Companhia tem prazo de duração determinado, equivalente ao prazo de duração do Contrato de Concessão nº 4174428401, conforme aditado de tempos em tempos. Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 10.566.980,75, dividido em 8.404.639 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § 1º. A ação é indivisível perante a Companhia, e cada ação corresponderá a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. § 2º. É vedada a emissão, pela Companhia, de partes beneficiárias. Artigo 6º. Os acionistas têm preferência para subscrição de novas ações, respeitada a mesma espécie e classe das ações, na proporção das que possuem, conforme disposto no artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. Artigo 7º. As ações de emissão da Companhia poderão ser livremente transferidas, salvo se de outra forma expressamente disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 8º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que houver necessidade. § 1º. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Diretor Presidente da Companhia. (i) por sua própria iniciativa; ou (ii) por solicitação por escrito de qualquer acionista representando pelo menos 5% do capital social da Companhia; ou (iii) de outra forma conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações. § 2º. Sem prejuízo do cumprimento das demais formalidades legais, a Assembleia será convocada com prazo mínimo de 15 dias corridos de antecedência, por meio de comunicação escrita, com aviso de recebimento, enviada aos acionistas. Em caso de não instalação da Assembleia Geral em primeira convocação, novas convocações serão enviadas aos acionistas para realização da respectiva Assembleia Geral em segunda convocação, sendo certo que, nesse caso, a Assembleia será realizada, no mínimo, 5 dias e, no máximo, 15 dias após a data da segunda convocação. § 3º. Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto ou na lei, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. Artigo 9º. As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por qualquer outro Diretor. Ao presidente da Assembleia Geral caberá a escolha do secretário. Artigo 10. As Assembleias Gerais da Companhia, ressalvadas as exceções previstas em lei, somente poderão ser instaladas, em primeira convocação, com a presença dos acionistas que representem, no mínimo, 90% do capital social com direito a voto, e em segunda convocação, com qualquer número. Artigo 11. As matérias a seguir serão de competência da Assembleia Geral e sua aprovação exigirá o voto afirmativo de acionistas representando pelo menos 90% do capital social votante da Companhia. (i) alteração ou reforma do Estatuto da Companhia; (ii) eleição ou destituição dos diretores da Companhia; (iii) tomo, anualmente, das contas da Diretoria da Companhia e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia; (iv) autorização para emissão de debêntures pela Companhia; (v) suspensão do exercício de direitos por acionista da Companhia; (vi) avaliação dos bens contribuídos por acionista para formação do capital social da Companhia; (vii) qualquer incorporação, incorporação de ações, qualquer forma de reorganização societária, fusão ou cisão envolvendo a Companhia; (viii) dissolução, processo de recuperação judicial ou extrajudicial, atos voluntários de reorganização financeira, falência, liquidação ou extinção da Companhia, bem como eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação da Companhia; (ix) autorização para constituição de ônus sobre ações de emissão da Companhia; (x) contratação de obrigações de qualquer natureza (com exceção de empréstimos, financiamentos e linhas de crédito, para os quais deverá ser observado o disposto no item "p" abaixo), bem como a cele-

braço de qualquer contrato, cujo valor seja superior a R\$ 1.500.000,00 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social), exceto em relação a contratos celebrados com clientes; (xi) qualquer endividamento financeiro, emissão de debêntures e outros valores mobiliários representativos de dívidas em valor superior a R\$ 5.000.000,00; (xii) realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, ou o desenvolvimento de novos projetos pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social) seja superior a R\$ 1.500.000,00 por operação; (xiii) constituição de ônus autorga de garantia relativas a obrigações da Companhia e/ou de Investidas, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social) seja superior a R\$ 1.500.000,00; (xiv) venda, aquisição, transferência, oeração, ou outra forma de alienação, pela Companhia, de ativos imobilizados, incluindo a constituição de quaisquer ônus sobre tais ativos imobilizados, cujo valor de mercado represente, individualmente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social, quantia seja superior a R\$ 1.500.000,00; e (xv) constituição de sociedade, aquisição, alienação ou oeração pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, associações e/ou joint ventures, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social) seja superior a R\$ 1.500.000,00 por operação. Capítulo IV – Da Administração. Seção I – Das Disposições Gerais. Artigo 12. A Companhia será administrada por uma Diretoria, com as atribuições contempladas neste Estatuto. Seção II. Da Diretoria. Artigo 13. A Companhia possuirá uma Diretoria composta de 4 Diretores acionistas, não podendo ser mais de 3. Os membros da Diretoria terão o mandato de 2 anos e 06 meses, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiro e 2 Diretores sem designação específica. Artigo 14. Os Diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. Artigo 15. Caso qualquer cargo da Diretoria fique vago, será convocada e realizada Assembleia Geral Extraordinária para a nomeação de um substituto, que completará o prazo de mandato do Diretor substituído. Artigo 16. A Diretoria da Companhia realizará reuniões ordinárias e extraordinárias sempre que exigido pelo interesse societário, sendo de responsabilidade do Diretor que for presidir a reunião estabelecer a ordem do dia para tais reuniões. Todas e quaisquer regras a respeito das reuniões da Diretoria serão determinadas pela Diretoria. § 1º. As reuniões serão convocadas por qualquer Diretor. Para que possam ser instaladas e validamente deliberar, é necessária a presença de todos os Diretores que estiverem no exercício de seus cargos. § 2º. As deliberações da Diretoria constarão de ata, lavradas no livro próprio. Cada membro da Diretoria da Companhia terá direito a um voto e o resultado de todos os assuntos a serem deliberados pela Diretoria da Companhia. A Diretoria da Companhia atuará mediante maioria simples de votos de seus membros. Artigo 17. A Diretoria da Companhia será competente para deliberar e aprovar todas as matérias relativas à Companhia e ao negócio desempenhado pela Companhia, exceto em relação às matérias de competência privativa da Assembleia Geral, elencadas no Artigo 11 acima. Seus poderes incluem, sem limitação, os suficientes para: (i) zelar pela observância da lei e do estatuto; (ii) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (iii) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (iv) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (v) elaborar e aprovar o plano de negócios e orçamento anual da Companhia, bem como qualquer de suas alterações; (vi) realizar os atos comuns de natureza gerencial, financeira e econômica; (vii) celebrar todo tipo de contrato e assumir todo tipo de obrigação de natureza gerencial, financeira e econômica em nome da Companhia; (viii) aprovar qualquer endividamento financeiro da Companhia, bem como a outorga de garantias pela Companhia; (ix) aprovar a realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, ou o desenvolvimento de novos projetos pela Companhia; (x) aprovar a venda, aquisição, transferência, oeração, ou outra forma de alienação, pela Companhia, de ativos imobilizados, incluindo a constituição de quaisquer ônus sobre tais ativos imobilizados; (xi) aprovar a constituição de sociedade, aquisição, alienação ou oeração pela Companhia de participação no capital social de outras sociedades, associações e/ou joint ventures; (xii) propor qualquer medida judicial ou administrativa, incluindo a celebração de acordos ou renúncia de direitos; e (xiii) preparar as demonstrações financeiras da Companhia e ser responsabilizar pela escrituração dos livros e registros contábeis, tributários e societários da Companhia. § 1º. Compete ao Diretor Presidente: (i) coordenar as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) presidir as Assembleias Gerais de acionistas; (iii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iv) manter os acionistas informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; e (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelos acionistas. § 2º. Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área contábil, jurídica, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de relações com o mercado financeiro; (ii) elaborar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. § 3º. Compete aos Diretores sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. Artigo 18. A Companhia será representada, em todos os atos, (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 procurador agindo em nome de 2 procuradores em conjunto. Artigo 19. A Diretoria da Companhia poderá, por meio de instrumento público, contratar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. § 3º. Compete aos Diretores sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. Artigo 18. A Companhia será representada, em todos os atos, (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 procurador agindo em nome de 2 procuradores em conjunto. Artigo 19. A Diretoria da Companhia poderá, por meio de instrumento público, contratar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. § 3º. Compete aos Diretores sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. Artigo 18. A Companhia será representada, em todos os atos, (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 procurador agindo em nome de 2 procuradores em conjunto. Artigo 19. A Diretoria da Companhia poderá, por meio de instrumento público, contratar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. § 3º. Compete aos Diretores sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. Artigo 18. A Companhia será representada, em todos os atos, (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 procurador agindo em nome de 2 procuradores em conjunto. Artigo 19. A Diretoria da Companhia poderá, por meio de instrumento público, contratar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. § 3º. Compete aos Diretores sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. Artigo 18. A Companhia será representada, em todos os atos, (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 procurador agindo em nome de 2 procuradores em conjunto. Artigo 19. A Diretoria da Companhia poderá, por meio de instrumento público, contratar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. § 3º. Compete aos Diretores sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. Artigo 18. A Companhia será representada, em todos os atos, (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 procurador agindo em nome de 2 procuradores em conjunto. Artigo 19. A Diretoria da Companhia poderá, por meio de instrumento público, contratar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. § 3º. Compete aos Diretores sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. Artigo 18. A Companhia será representada, em todos os atos, (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 procurador agindo em nome de 2 procuradores em conjunto. Artigo 19. A Diretoria da Companhia poderá, por meio de instrumento público, contratar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. § 3º. Compete aos Diretores sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Companhia, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. Artigo 18. A Companhia será representada, em todos os atos, (i) por 2 Diretores em conjunto; (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o Parágrafo 1º abaixo; ou (iii) pela assinatura de 2 procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes; ou (iv) por 1 procurador agindo em nome de 2 procuradores em conjunto. Artigo 19. A Diretoria da Companhia poderá, por meio de instrumento público, contratar a elaboração do orçamento; (iii) dirigir e orientar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e administração de recursos; (iv) estabelecer e supervisionar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e estrangeiras, autoridades administrativas de controle do sistema financeiro e do mercado de valores mobiliários, autoridades fiscais, autoridades aduaneiras e autoridades previdenciárias; e (v) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelos acionistas. § 3º. Compete aos Diretores sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro na coordenação, administração, direção e supervisão dos